

**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 013/2023**

**EDITAL CINEMA NA PRAÇA**

**ANEXO VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E  
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO**

**1. OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste Anexo a descrição das políticas afirmativas, das medidas de acessibilidade e de democratização do acesso a serem implementadas nos editais de fomento da Lei Complementar n.º 195/2022 relativas à realização de projetos na área do audiovisual.

1.1.1. O disposto neste Anexo observa o que está previsto no Art. 8º, §7º da Lei Complementar n.º 195/2022, no Art. 15 do Decreto n.º 11.453/2023 e, no que tange às Políticas Afirmativas e de Acessibilidade, nos Capítulo VII, Capítulo VIII e Capítulo IX do Decreto n.º 11.525/2023.

**2. DA DIVERSIDADE NOS PROJETOS**

2.1. A pontua o obtida na fase de Análise Técnica e de Mérito será acrescida de 10 (dez) pontos adicionais, até o limite de 20 (vinte) pontos, caso expressamente declarado, sob as penas da lei:

2.1.1. O pertencimento do Agente Cultural a uma das categorias indutoras de nota, segundo o item 2.2;

2.1.2. Ter a maioria de sua equipe composta por pessoas que se enquadram nas categorias explicitadas no item 2.2;

2.2. Serão considerados os seguintes grupos sociais para a indu o de nota:

2.2.1. Mulheres;

2.2.2. Pessoas negras (pretas e pardas);

- 2.2.3. Pessoas integrantes ou oriundas de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de terreiro, povos ciganos, benzedeiros, caiçaras, faxinalenses e outras comunidades e povos tradicionais;
  - 2.2.4. Assentados e moradores de ocupa es;
  - 2.2.5. Pessoas LGBTQIAP+;
  - 2.2.6. Egressos do sistema prisional brasileiro;
  - 2.2.7. Pessoas com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual assim como outras deficiências ocultas;
  - 2.2.8. Pessoas idosas com 60 anos ou mais;
  - 2.2.9. Pessoas migrantes e refugiadas;
  - 2.2.10. Pessoas de baixa renda – serão consideradas pessoas de baixa renda aquelas oriundas de famílias com renda mensal por pessoa (renda *per capita*) de até metade do Piso Salarial Regional do Estado do Paraná vigente na data de publica o do Edital;
- 2.3.** Em observância aos critérios estabelecidos no Art. 16,  1. , inciso IV do Decreto Federal n.  11.525/2023, 50% (cinquenta por cento) das vagas disponibilizadas para este edital serão destinadas para projetos e a es apresentados por pessoas negras ou por pessoas indígenas.
- 2.3.1. Pessoas negras ou indígenas que optarem por concorrer   cotas concorrerão, concomitantemente, às vagas destinadas   ampla concorrência;
    - 2.3.1.1. O Agente Cultural que optar por concorrer a uma das cotas descritas no item 2.3 não receberá indu o de nota referente aos itens 2.2.2 e 2.2.3., podendo, todavia, receber indu o de nota referente aos demais grupos sociais do item 2.2, caso aplicável.
  - 2.3.2. O número de pessoas negras ou indígenas aprovadas nas vagas destinadas   ampla concorrência não será computado

para fins de preenchimento das vagas destinadas às cotas de que trata o item 2.3;

- 2.3.3. Em caso de desistência de pessoa negra ou indígena aprovada em vaga reservada às cotas, a vaga será preenchida pela pessoa negra ou indígena classificada na posi o subsequente;
- 2.3.4. Na hipótese de não haver projetos aptos em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas remanescentes será destinado para a outra categoria de cotas; e
- 2.3.5. Na hipótese de, observado o disposto no item 3 do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital, o número de projetos permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, as vagas reservadas serão destinadas   ampla concorrência.

### **3. DA ACESSIBILIDADE**

3.1. Os produtos resultantes dos editais de fomento da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar n.º 195/2022) deverão oferecer recursos de acessibilidade (ajuda técnica e tecnologia assistiva) para permitir o acesso com segurança e autonomia, total ou assistida, de pessoas com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual, assim como outras deficiências ocultas aos projetos, conforme aplicável.

- 3.1.1. Compreende-se por ajuda técnica:
  - 3.1.1.1. Interpreta o em libras (para pessoas surdas, não usuárias da língua portuguesa);
  - 3.1.1.2. Libras tátil (para pessoas surdas cegas);
  - 3.1.1.3. Oraliza o e leitura labial (para pessoas surdas oralizadas);
  - 3.1.1.4. Guias intérpretes (para pessoas surdas ou cegas);
  - 3.1.1.5. Guias de cego, braile (para pessoas cegas);

- 3.1.1.6. Acessibilidade estrutural (banheiros especiais, reserva de espaços para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, como rampas, corrimões, pisos táteis, sinalização em braille e libras);
- 3.1.2. Compreende-se por tecnologia assistiva:
  - 3.1.2.1. Sistema de laço de indução (sistema de radiofrequência para o envio do som diretamente ao aparelho auditivo ou implante coclear);
  - 3.1.2.2. Audiodescrição, legenda closed caption (para pessoas surdas usuárias de língua portuguesa);
  - 3.1.2.3. Elevadores (para pessoas cadeirantes);
  - 3.1.2.4. Estenotpia (transcrição do áudio ao vivo, para pessoas surdas usuárias de língua portuguesa).
- 3.1.3. Conforme disposto no Art. 15 do Decreto Federal n.é 11.525/2023, os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do projeto.
  - 3.1.3.1. A obrigatoriedade de cumprimento da porcentagem referida no item 3.1.3 poderá ser excepcionalmente dispensada quando se enquadrar nos critérios do Art. 19, 1, incisos I e II da Instrução Normativa do Ministério da Cultura n.é 5/2023, a saber:
    - 3.1.3.1.1. quando for inaplicável em razão das características do objeto cultural;
    - 3.1.3.1.2. quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

#### **4. DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO**

- 4.1. Os Agentes Culturais deverão considerar as seguintes diretrizes para promover a democratiza o do acesso aos bens culturais:
- 4.1.1. Recomenda-se a utiliza o de uma linguagem clara e de fácil compreensão, evitando o uso de termos técnicos ou jargões específicos para que a compreensão do conteúdo artístico seja democraticamente acessível, proporcionando aos públicos a fruic o independente de suas condi oes sociais, sensoriais, cognitivas ou físicas;
  - 4.1.2. Os Agentes Culturais podem disponibilizar também, de forma complementar, a oes mediativas que ofereçam uma visão geral do conteúdo, facilitando o seu acesso e compreensão;
  - 4.1.3. Recomenda-se a circula o e difusão das obras audiovisuais selecionadas junto a grupos vulneráveis e comunidades de difícil acesso, a fim de promover o alcance e a fruic o do conteúdo por esses públicos;
  - 4.1.4. Recomenda-se a realiza o de atividades complementares, como debates, oficinas ou workshops, que possam promover a participa o e a intera o com as obras audiovisuais, contribuindo para o enriquecimento cultural e a troca de experiências.